

#### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## Termo de Referência

## 1. OBJETO

1.1 Prestação de serviço técnico especializado, mediante elaboração e realização de **curso a distância para capacitação de multiplicadores de treinamento de mesários**, consoante especificações, exigências e prazos deste termo de referência.

## 2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 O Grupo de Trabalho GT Mesários, responsável por auxiliar nas formação dos mesários, identificou a necessidade de se oferecer um curso aos multiplicadores de treinamento de mesários focado no desenvolvimento de habilidades para ensinar, uma vez que o perfil desses multiplicadores indica que possuem domínio técnico e sólido conhecimento do conteúdo a ser abordado. Assim, o curso proposto abordará especificamente as competências necessárias para planejar e executar treinamentos eficazes, utilizando metodologias ativas que promovam a participação e o engajamento dos mesários. Além disso, serão fornecidas técnicas de comunicação inclusiva e acessibilidade comunicacional, visando garantir que o treinamento de mesários seja acessível e compreensível para todos os envolvidos.
- 2.2 Trata-se de temática que contribui com o Planejamento Estratégico do TSE do período 2021 2026, aprovado pela Portaria-TSE nº 497/2021, especialmente no que concerne a Fortalecer a imagem da JE perante a sociedade, Aprimorar a gestão do processo eleitoral e Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na JE, dentre os Objetivos Estratégicos do Tribunal Superior Eleitoral, os quais estão relacionados às perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, respectivamente.

# 3. OBJETIVO

- 3.1 Ao final da ação de capacitação, espera-se que que a pessoa participante seja capaz de:
- 3.1.1. Exercer suas atividades com conhecimentos atualizados de acordo com as melhores práticas que o auxilie em sua atuação como multiplicador;
  - 3.1.2. Transmitir conhecimentos e habilidades necessárias aos mesários.

# 4. PÚBLICO ALVO

4.1 Servidores da Justiça Eleitoral que atuam como multiplicadores de treinamento de mesários.

## 5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 5.1 Introdução e Contextualização
- 5.2 Comunicação Inclusiva e Acessibilidade Comunicacional
- 5.2 Aprendizagem Ativa e Aprendizagem de Adultos
- 5.3 Planejamento do Treinamento
- 5.4 Utilização de Recursos Tecnológicos
- 5.5 Atendimento Inclusivo e Noções de Diversidade, Equidade e Inclusão
- 5.6 Revisão e reforço dos conceitos apresentados, na etapa síncrona

# 6. METODOLOGIA

6.1 A etapa assíncrona será realizada por meio acesso à plataforma EaD e etapa síncrona por meio de reunião online com interações, comentários, perguntas e respostas às questões selecionadas para este fim.

# 7. MODALIDADE

7.1 A distância.

2024.00.00003397-5 Documento nº 2818907 v22

#### 8. DA NATUREZA E DO QUANTITATIVO DOS PERFIS DE ACESSO

8.1 Liberação de acesso para até 3.200(três mil e duzentas) pessoas à integralidade dos conteúdos do curso pretendido, com a possibilidade de apresentação de questionamentos para análise e resposta das questões mais relevantes, conforme seleção realizada pela contratada.

#### 9. CARGA HORÁRIA MÍNIMA DO CURSO

9.1 20 horas, compostas por 18 (dezoito) horas na etapa assíncrona e 2 (duas horas) na etapa síncrona.

### 10. AVALIAÇÃO DA AÇÃO DE CAPACITAÇÃO

- 10.1 A contratada realizará avaliação de aprendizado e avaliação de reação da capacitação, as quais serão previamente submetidas à validação da contratante.
- 10.2 A contratada emitirá e subscreverá os certificados de participação às servidoras e aos servidores que lograrem êxito no curso.

#### 11. DOCUMENTOS DA PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO

- 11.1 A proponente deverá apresentar, juntamente com a proposta, 03(três) notas fiscais ou notas de empenho relacionadas a contratações anteriores da empresa ou da pessoa física com outros órgãos públicos ou privados para prestação de <u>serviço similar.</u>
- 11.2 A proponente deverá apresentar atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter realizado a contento a liberação de acessos a conteúdos de cursos a distância assíncrono pelo período mínimo de 2 meses;
- 11.3 Caso o TSE entenda necessário, a proponente deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos solicitados, apresentando, dentre outros, cópia do contrato que deu suporte à contratação e endereço atual da contratante.

## 12. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

#### 12.1 LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA

- 12.1.1 Os serviços deverão ser prestados em ambiente virtual, exclusivamente a distância, sob responsabilidade da contratada.
- 12.1.2 O curso contará com prazo único para realização das inscrições, que serão processadas sob responsabilidade da contratada, na forma e condições previamente validadas pela contratante.
- 12.1.3 A etapa assíncrona será divida em duas partes. A parte 1 terá duração de três meses, nos quais os participantes que concluírem o programa serão devidamente certificados. Ao final desse período inicia-se a parte 2, também com duração de três meses, nos quais a plataforma ficará disponível para consulta e revisão dos materiais pelos participantes.
- 12.1.4 Na etapa assíncrona, os participantes poderão ser divididos em turmas ou agrupados em turma única, conforme melhor organização da plataforma.
- 12.1.5 Na etapa síncrona, os participantes serão divididos em até dez turmas, com até 320 participantes cada, para melhor aproveitamento do conteúdo e condução do trabalho pela equipe responsável pela execução da capacitação.
- 12.1.6 O cronograma para realização do curso com as datas inicial e final da etapa assíncrona, bem como as datas das reuniões síncronas será estabelecido em comum acordo entre contratada e contratante. Pretende-se que as inscrições sejam abertas no mês de maio de 2024 e a oferta do curso tenha início no mês de junho de 2024.

#### 12.2 RECEBIMENTO PELO TSE

- 12.2.1 A execução do objeto conta com três entregas principais, após as quais será emitido Termo de Recebimento Provisório TRP pela fiscalização previamente designada, quais sejam: 1ª início da oferta da etapa assíncrona; 2ª execução da parte 1 da etapa assíncrona e da etapa síncrona; 3ª termino do período de revisão e conclusão do período total de disponibilidade do do curso (ao final de seis meses de disponibilidade da etapa assíncrona).
  - 12.2.1.1 O TRP de serviços será emitido de acordo com a lista de verificação deste termo de referência pelas pessoas designadas para acompanhar e fiscalizar a contratação.

2024.00.00003397-5 Documento nº 2818907 v22

- 12.2.1.2 Após a emissão do TRP, a fiscalização designada terá o prazo de 2(dois) dias úteis para emitir o Termo de Recebimento Definitivo TRD. O TRD compreenderá a verificação da conformidade do objeto executado por meio das análises e conclusões dos quesitos da lista de verificação.
  - 12.2.1.2.1 A lista de verificação evidenciará as avaliações e conclusões realizadas pela fiscalização sobre a conformidade dos serviços prestados.
  - 12.2.1.2.2 Todas as evidências de descumprimento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, pela Contratada deverão constar do TRD para viabilizar a apuração da importância exata a pagar.
- 12.2.1.3 A Contratada deverá refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação.
  - 12.2.1.3.1 Decorrido o prazo ou sanada a incorreção apontada pela fiscalização será reaberto novo prazo para emissão do TRD.
- 12.2.1.4 A fiscalização que será realizada pelo TSE não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração.

### 13. PAGAMENTO

- 13.1 O pagamento será efetuado em três parcelas, na forma do item 12.2.1 nos seguintes limites: 50% (cinquenta por cento) ao final do período de inscrições e início da etapa assíncrona; 40% (quarenta por cento) ao final do período de execução da parte 1 da etapa assíncrona (três meses para conclusão com certificação) e da etapa síncrona, o que ocorrer por último; 10% ao final dos seis meses de disponibilidade da plataforma assíncrona e conclusão da capacitação.
  - 13.1.1 Cada pagamento será efetuado até o  $5^{\circ}$  (quinto) dia útil, a partir do atesto da nota fiscal ou da nota de cobrança pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada.
  - 13.1.2 O atesto do objeto contratado se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto NTA. O fiscal administrativo terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo a CEOFI, contados do recebimento do documento fiscal, do Termo de Recebimento Definitivo TRD e dos demais documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa.
  - 13.1.3 A Contratada deverá entregar o faturamento com toda documentação exigida para liquidação e pagamento em até 10 dias, contados do TRD.
  - 13.1.4 Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justica Trabalhista.

# 14. OBRIGAÇÕES

## 14.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1.1 Executar com observância dos prazos e exigências as obrigações constantes no objeto deste termo de referência.
  - 14.1.2 Respeitar os critérios propostos na programação do curso.
- 14.1.3 Emitir e subscrever certificados de participação às servidoras e aos servidores que lograrem  $\hat{\mathbf{e}}$ xito.
- 14.1.4 Apresentar nota fiscal ou nota de cobrança à Seção de Educação Corporativa SEDUC/COEDE/SGP/TSE após o recebimento do serviço pelo TSE para que seja efetuada a liquidação da despesa.
- 14.1.5 Responsabilizar-se pelas despesas, formalidades e obrigações decorrentes da execução dos serviços objetos deste termo de referência, no tocante aos materiais e equipamentos necessários para a disponibilização *on-line* dos conteúdos contratados.
- 14.1.6 Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço do termo de referência.
  - 14.1.7 Produzir e distribuir o material didático necessário para as atividades.

2024.00.00003397-5 Documento nº 2818907 v22

- 14.1.8 Comunicar imediatamente ao TSE, por escrito, quando verificar condições supervenientes inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.
- 14.1.9 Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestados pelo TSE, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas diretamente ou indiretamente à proponente contratada, durante e após a vigência da contratação.
- 14.1.10 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente termo de referência, sendo vedando a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.
  - 14.1.11 Manter, durante a execução da contratação, as condições de habilitação exigidas.
- 14.1.12 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 14.1.13 A inadimplência da contratada com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto desta contratação.
  - 14.1.13.1 Toda a comunicação relevante referente à execução do objeto será realizada através do e-mail informado pela contratada na proposta comercial.
  - 14.1.13.2 A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.
  - 14.1.13.3 A comunicação só será realizada de forma diversa quando a legislação exigir ou quando a contratada demonstrar ao fiscal os motivos que justifiquem a utilização de outra forma.
    - 14.1.14 Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal da contratação.
- 14.1.15 Encaminhar à contratante, com a regularidade acordada e quando solicitado, relatórios de acompanhamento do processo de inscrições, de acompanhamento das atividades da parte assíncrona e relatório de conclusão.
- 14.1.16 Os períodos de atraso ou indisponibilidade da pessoa ministrante ou da plataforma, mantido o interesse da Administração, deverão ser devidamente compensados de forma equivalente.

#### 14.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 14.2.1 Informar as servidoras e servidores acerca da participação na capacitação;
- 14.2.2 Informar as servidoras e servidores sobre a cadência desejável ao curso e possível iminência do prazo final de conclusão.
- 14.2.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 14.2.4 Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.
  - 14.2.5 Designar fiscal ou comissão para fiscalizar a execução da contratação.
- 14.2.6 Efetuar o pagamento à contratada, após o atendimento das condições estabelecidas neste termo de referência.
- 14.2.7. Recusar qualquer serviço entregue em desacordo com as especificações constantes desse termo de referência ou com defeito.

## 15. PENALIDADES

- 15.1 Caso a proponente contratada descumpra total ou parcialmente o objeto contratado, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará sujeita às seguintes penalidades:
  - 15.1.1 Advertência;
  - 15.1.2 Multa;
  - 15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos.
    - 15.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 15.2 As sanções previstas no subitens 15.1.1, 15.1.3 e 15.1.4 poderão ser aplicadas à contratada, juntamente com as multas convencionais e de mora, descontando-se dos pagamentos a serem efetuados,
- 2024.00.00000sem prejuízo do ressarcimento dos danos causados à Administração e das demais comingções legais 818907 v22

15.3 Para efeito de aplicação das penas de advertência e multa, são atribuídos graus às infrações, conforme as tabelas a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA		
1	Advertência		
2	1% sobre o valor da contratação		

INFRAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA	LIMITE MÁXIMO DE APLICAÇÃO	GRAU	
1	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas neste Termo de Referência e não elencadas nesta tabela de multas.	por ocorrência		1	
2	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas neste Termo de Referência e não elencadas nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do contrato.	por ocorrência	2(duas) ocorrências	2	

- 15.4 Caso a contratada não inicie a disponibilização da etapa assíncrona do curso no dia agendado e nas condições avençadas, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da contratação, por dia útil de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10(dez) dias.
- 15.5 A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso na disponibilização da etapa assíncrona, o objeto deste contrato poderá ser recusado, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total do objeto, estando sujeita à multa de 20% (vinte por cento) do valor da contratação, com as consequências previstas em lei e no instrumento contratual.
- 15.6 Depois de iniciado o curso, no caso de suspensão da etapa assíncrona por período entre três e cinco dias úteis consecutivos, presente o interesse público e a plena possibilidade de reposição, a Administração poderá aceitá-lo. Nesta hipótese, a contratada estará sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor da contratação por ocorrência, limitado a três ocorrências.
- 15.7 Caso a contratada supere o montante máximo de tempo de suspensão de disponibilização de conteúdo constante no item 15.6 (máximo de três ocorrências de possível suspensão dos serviços por período de três a cinco dias úteis consecutivos) e não haja a plena possibilidade de reposição prevista no item 15.6, o serviço poderá ser recusado, configurando-se nessa hipótese, a inexecução total do objeto contratado, estando sujeita à multa de 20%(vinte por cento) do valor da contratação.
- 15.8 No caso de indisponibilidade da pessoa ministrante ou da plataforma da etapa síncrona do curso por período igual ou superior a 30 minutos por reunião, presente o interesse público e a plena possibilidade de reposição, a Administração poderá aceitá-lo. Nesta hipótese, a contratada estará sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor da contratação por ocorrência, limitado a cinco ocorrências.
- 15.9 Caso a contratada supere o montante de dez horas, cumulativas entre as reuniões, de indisponibilidade da plataforma ou da pessoa ministrante na etapa síncrona e não haja a plena possibilidade de reposição prevista no item 15.8, o serviço poderá ser recusado, configurando-se nessa hipótese, a inexecução total do objeto contratado, estando sujeita à multa de 20%(vinte por cento) do valor da contratação.

# 16. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

16.1 A contratação terá vigência a partir do aceite da nota de empenho pela contratada e terá duração até a conclusão do período final de 6 (seis) meses de disponibilidade do curso.

# ANA CLAUDIA CHAGAS ESTELLITA LINS COORDENADOR(A) DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Documento assinado eletronicamente em **02/04/2024, às 15:55**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da <u>Lei</u> 11.419/2006.

# THAYANNE FONSECA PIRANGI SOARES SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

🕮 Documento assinado eletronicamente em **02/04/2024, às 19:25**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei

2024.09.0000033397-5 Documento nº 2818907 v22





A autenticidade do documento pode ser conferida em

https://sei.tse.jus.br/sei/controlador externo.php?

acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0&cv=2818907&crc=EB36CD4A, informando, caso não preenchido, o código verificador 2818907 e o código CRC EB36CD4A.

2024.00.000003397-5 Documento nº 2818907 v22